



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.276, DE 2024

(Do Sr. José Guimarães)

Dispõe sobre a disponibilização de aplicativo para dispositivos móveis destinado ao atendimento de mulheres vítimas de violência, em âmbito nacional, e dá outras providências.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO;
DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER;
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD) E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI
(Do senhor JOSÉ GUIMARÃES)

Dispõe sobre o desenvolvimento de aplicativo para dispositivos móveis destinado ao atendimento de mulheres vítimas de violência, em âmbito nacional, e dá outras providências.

Apresentação: 05/11/2024 16:23:08.310 - Mesa

PL n.4276/2024

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Poder Executivo disponibilizará, em âmbito nacional, aplicativo para dispositivos móveis destinado ao atendimento de mulheres vítimas de violência.

§ 1º O aplicativo referido no *caput* deverá oferecer:

I - informações sobre os direitos das mulheres, com orientações sobre medidas protetivas e mecanismos legais para enfrentar a violência;

II - informações sobre a rede de apoio, com contatos de instituições de acolhimento, assistência social e psicológica;

III - mapa das delegacias especializadas e de outros órgãos competentes, com funcionalidade que permita traçar a rota até a unidade mais próxima e calcular o tempo estimado de chegada;

IV - canal simplificado para registro de ocorrências e acionamento das forças de segurança pública, com possibilidade de envio de provas, como fotos, vídeos e gravações de áudio;

V - funcionalidade de gravação de áudio para captação de som ambiente, visando à produção de provas pela vítima, com armazenamento em servidor seguro e disponibilização mediante requisição oficial;

VI - funcionalidade de acionamento de contatos de emergência previamente cadastrados, em situações de risco iminente, com mensagens predefinidas para facilitar a comunicação rápida;



VII - área para depoimentos anônimos, em que mulheres possam compartilhar experiências e obter apoio de outras usuárias, com o objetivo de fomentar uma rede de solidariedade e prevenção.

§ 2º Para mulheres com medidas protetivas em vigor, o aplicativo deverá incluir:

I - botão do pânico para acionamento imediato das forças policiais, com acesso à geolocalização do dispositivo móvel e comunicação direta com a central de segurança mais próxima;

II - ferramenta de alerta de aproximação de agressores sujeitos a monitoramento eletrônico, por meio do cruzamento dos dados de georreferenciamento da vítima e do agressor, com notificação automática à vítima e às autoridades competentes;

III - funcionalidade de acionamento de contatos de emergência previamente cadastrados, com envio automático de notificação com localização da vítima ao ser identificado risco de aproximação por agressores monitorados.

§ 3º O desenvolvimento do aplicativo será realizado em parceria com os poderes públicos estaduais e municipais, seguindo diretrizes estabelecidas em regulamento específico.

§ 4º O aplicativo deve ser acessível, compatível com dispositivos móveis de diferentes sistemas operacionais e cobrir áreas rurais, por meio de parcerias com operadoras de telecomunicações.

§ 5º O aplicativo deverá contar com uma interface em sítio eletrônico, com as mesmas funcionalidades e recursos de acessibilidade oferecidos pela versão móvel.

Art. 2º Compete ao Poder Executivo adotar as medidas necessárias para garantir a efetiva implementação, o funcionamento ininterrupto e a integral disponibilidade do aplicativo, assegurando sua plena operação e integração aos serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência.

Art. 3º A administração do aplicativo deverá garantir a proteção dos dados pessoais das usuárias, em conformidade com a legislação vigente



relativa à privacidade e à proteção de dados, com sigilo das informações compartilhadas e das ocorrências registradas.

Art. 4º Poderão ser promovidas campanhas de conscientização sobre a importância do uso do aplicativo, com orientações para a utilização adequada de suas funcionalidades, com especial foco em áreas vulneráveis e comunidades tradicionais.

Art. 5º O Poder Executivo poderá estabelecer parcerias com universidades e centros de pesquisa para o desenvolvimento e o aprimoramento contínuo das funcionalidades do aplicativo, com inovações tecnológicas que ampliem sua eficácia e reforcem a segurança das usuárias.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa implementar, em âmbito nacional, um aplicativo de atendimento a mulheres vítimas de violência, com base nas experiências exitosas de estados brasileiros como Ceará, São Paulo, Rio Grande do Norte e Paraíba. Estes estados já possuem mecanismos semelhantes em funcionamento, com resultados expressivos na prevenção e combate à violência contra mulheres. A proposta busca reunir as melhores práticas desses estados em um modelo de alcance nacional, ampliando a eficiência e a proteção para mulheres em situação de risco.

No Ceará, a integração de tecnologias com a rede de proteção à mulher promoveu avanços significativos na resposta rápida a situações de violência. Iniciativas que conectam órgãos de segurança e serviços de assistência facilitam o acionamento imediato das forças de segurança e a resposta ágil às demandas emergenciais. Essa experiência estadual reforça a importância de um modelo nacional que integre todos os atores da rede de proteção à mulher, servindo como base para a proposição em questão.

O exemplo da Paraíba com o programa “SOS Mulher PB” destaca a importância de ferramentas que permitem o acionamento imediato das forças de segurança e a integração com a rede de apoio local. Esse modelo não só reduz o tempo de resposta das autoridades, mas também



diminui a reincidência de casos de violência. Essa prática reforça a necessidade de uma solução nacional que assegure aplicação rápida e integrada, contemplando tanto o acesso à segurança quanto o acompanhamento contínuo das vítimas.

Em São Paulo, o programa "SOS Mulher" permite que mulheres com medidas protetivas acionem rapidamente a Polícia Militar em situações de risco, enviando a localização da vítima para a viatura mais próxima. Esse modelo destaca a importância de ferramentas de geolocalização em tempo real, proposta incluída no presente projeto. A integração entre localização e resposta policial rápida oferece proteção imediata e suporte eficaz para mulheres, reforçando a presença das forças de segurança.

No Rio Grande do Norte, o "botão do pânico" constitui uma medida de proteção eficaz para mulheres vítimas de violência doméstica. A possibilidade de comunicação direta com a Central de Monitoramento, integrada ao monitoramento eletrônico do agressor, permite o acompanhamento em tempo real e inibe potenciais ataques. Esse dispositivo inspira o uso de tecnologias semelhantes no aplicativo nacional, com mecanismos de resposta direta e segura.

O aplicativo ora proposto busca centralizar e aprimorar essas funcionalidades para facilitar o acesso a informações sobre os direitos das mulheres e o suporte oferecido pela rede de segurança e assistência em nível nacional. Entre suas funcionalidades, incluem-se um mapa das delegacias especializadas, acionamento de contatos de emergência e gravação de áudio para produção de provas em casos de denúncia, ampliando as possibilidades de proteção para as vítimas.

Além disso, a inclusão de um botão de pânico associado à geolocalização para mulheres com medidas protetivas constitui um recurso rápido de acionamento das forças policiais em situações de urgência. A ferramenta de alerta para aproximação de agressores monitorados por tornozeleira eletrônica também se mostra essencial para a prevenção de novos ataques e para assegurar a efetividade das medidas protetivas concedidas pela justiça.



Dados do 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram que, em 2023, foram concedidas 540.255 medidas protetivas de urgência no país, um aumento de 21,3% em relação ao ano anterior. Esses dados ressaltam a necessidade urgente de aprimoramento dos mecanismos de proteção às mulheres. O aplicativo nacional proposto surge como uma medida fundamental para facilitar a comunicação entre vítimas e a rede de assistência, prevenir situações de risco e garantir a aplicação efetiva das medidas protetivas.

A proteção dos dados pessoais das usuárias é uma prioridade, garantindo que as informações sensíveis sejam preservadas em conformidade com a legislação de proteção de dados. Este cuidado é essencial para construir um ambiente seguro e confiável, em que as mulheres possam acessar o aplicativo com a certeza de que seus dados serão protegidos contra uso indevido ou exposição. Além disso, o uso de tecnologia segura fortalece a adesão ao aplicativo, ampliando sua efetividade na proteção das vítimas.

Paralelamente, a parceria com universidades e centros de pesquisa será crucial para o desenvolvimento contínuo do aplicativo, assegurando que a tecnologia evolua conforme as necessidades específicas das mulheres em situação de risco. Esse compromisso com a inovação permitirá incorporar novas funcionalidades, otimizar os recursos de segurança e garantir que o aplicativo permaneça como uma ferramenta relevante e eficaz na proteção contra a violência.

Diante do exposto, solicito apoio integral para a aprovação deste projeto, a fim de garantir às mulheres brasileiras um mecanismo eficaz e acessível de proteção contra a violência.

Sala das sessões, em novembro de 2024.

Deputado JOSÉ GUIMARÃES



FIM DO DOCUMENTO